



FECHAMENTO DE ESCOLAS NO CAMPO NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE SERTÃO PRODUTIVO, BAHIA: PARA ONDE APONTAM OS DADOS?

Domingos Rodrigues da Trindade/UNEB

E-mail: dtrindade@uneb.br

Maria Jucilene Lima Ferreira/UNEB

E-mail: mjferreira@uneb.br

RESUMO: O fechamento de escolas no campo no Brasil tem sido uma realidade. Segundo Cordeiro (2012, p.1) “o processo de fechamento das escolas rurais atualmente ocorre, em maior ou menor proporção, em todo o Brasil”. Isso tem sido confirmado pelos dados, a exemplo da pesquisa realizada pelo MST (2011) que aponta que de 2002 a 2009 foram fechadas no país 24 mil escolas, destas, 80% foram no campo, atingindo todas as regiões do país. Neste trabalho, discutem-se dados parciais de uma pesquisa que visa mapear as escolas fechadas no campo nos municípios do Território de Identidade Sertão Produtivo nos últimos dez anos. A pesquisa é de abordagem quanti-qualitativa, em que serão levantados dados em sites oficiais do governo e entrevistas com gestores municipais da educação (secretários/as). O estudo parte das seguintes questões de pesquisa: Quantas escolas foram fechadas no campo nos municípios do Território de Identidade Sertão Produtivo nos últimos 10 anos? O que dizem os gestores municipais sobre o fechamento das escolas no campo? Segundo Teixeira (2021) do total de 606 escolas existentes no campo nos 20 municípios do referido território, no ano de 2009, apenas 231 estavam funcionando em 2020, ou seja, 61,9% de diminuição das escolas no campo no Território Sertão Produtivo. Desse modo, consideramos fundamental problematizar essa questão no sentido de entendermos o que tem levado ao fechamento das escolas no campo, principalmente, neste território. Frente a esse contexto de descaso do Estado com os sujeitos do campo, defender políticas públicas específicas para o campo não significa discriminá-lo ou pretender insistir numa postura dicotômica entre rural e urbano, ao contrário, precisa-se de políticas específicas para romper com o processo de discriminação, para fortalecer a identidade cultural negada aos diversos grupos que vivem e trabalham no campo, “os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural” (ARROYO, CALDART, MOLINA, 2004, p.25). A situação do fechamento das escolas no campo nos leva a acreditar que no Brasil, as políticas públicas educacionais estão operando na contramão da história, pois, fechar escolas é negar a possibilidade e o direito que os povos do campo têm de viver e estudar onde eles quiserem, portanto, é “crime contra a classe trabalhadora” (TAFFAREL; MUNARIM, 2015). Defendemos que a educação do povo do campo e da cidade seja considerada como prioridade e, que o direito de ter escolas no campo seja preservado, que os gestores possam respeitar os marcos normativos da Educação do Campo como as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo (parecer 36/2001 e Resolução 1/2002, Resolução do CNE/CEB no 2/2008, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a Educação Básica do Campo, o Decreto No 7.352/2010 que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), dentre outros. O movimento de fechamento das escolas do campo aponta para um verdadeiro “epistemicídio” da cultura camponesa, pois, atua como forma homogeneizadora da vida humana e aniquiladora de sonhos e de direitos.

Palavras-chave: Fechamento das escolas no campo. Retrocesso. Negação de direitos.